

Consulta Pública

Proposta de Política de Preços INPI

Assessoria de Assuntos Econômicos – AECON
Diretoria Executiva – DIREX

Rodrigo Ventura

Economista-chefe

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2025

1. Considerações iniciais

- *Histórico e contextualização*

2. O que é e o porquê de uma Política de Preços

- *Benefícios para o INPI, suas partes interessadas e a sociedade em geral*

3. Visão geral da proposta

- *Conjunto de parâmetros*
- *Metodologia*
- *Processos*

4. Próximos passos

2017-2022



Nova metodologia
de apuração de
custos dos serviços
prestados pelo INPI

2022



1ª proposta de
Política de Preços
(*GT Pricing*)

2023



Vigência ciclo
PE 2023-26

2023



**Atualização e
conclusão da proposta**
de Política de Preços
(*GT Política de Preços*)

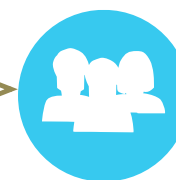
2024



Validação da proposta de
Política de Preços pelo
Ministério Supervisor
(*MDIC*)

2024/2025

(até 10/1)



Consulta pública
sobre a proposta de
Política de Preços



*Exemplos de Escritórios de PI com **políticas de precificação** ou **critérios estabelecidos para a formação de preços dos seus serviços***



ESTADOS UNIDOS



AUSTRÁLIA



MÉXICO



PERU



COLÔMBIA



CANADÁ



COREIA DO SUL



CHILE



EQUADOR



REINO UNIDO

Benchmarking internacional: aspectos da formação de preços dos serviços prestados pelos Escritórios de PI

Estratégia
organizacional

Volume de
trabalho

Custos de
produção

Orçamento

Conjuntura
econômica

Políticas
públicas

Reserva
operacional

Previsibilidade

Por que uma Política de Preços?



Benefícios para o INPI, suas partes interessadas e a sociedade em geral

INPI

MERCADO

SOCIEDADE

ROBUSTEZ TÉCNICA

METODOLOGIA ESTABELECIDADA

MELHORES PRÁTICAS
INTERNACIONAIS

Aproximação com as partes interessadas

consulta pública

APRIMORAMENTO DO MARCO REGULATÓRIO

CRITÉRIOS DEFINIDOS

transparência

previsibilidade

INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

EQUILÍBRIO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PI E INOVAÇÃO

SUBSÍDIO CRUZADO
(em áreas de negócios)

POLÍTICA DE DESCONTOS
(p/ grupos específicos)

QUALIDADE DOS SERVIÇOS
(alinhamento ao volume de demanda)

AIR: MELHOR OPÇÃO REGULATÓRIA

O que é a Política de Preços?



Conjunto de parâmetros utilizados para o estabelecimento dos preços dos serviços prestados pelo INPI

Documento institucional que detalha a **metodologia** e os **processos** para a precificação

COMPONENTES DE ANÁLISE PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planejamento Estratégico

Custo dos serviços

Projeção de Demanda

Projeção de Volume de Produção

Benchmarking Internacional

Descontos concedidos

Análise da Inflação

Análise Qualitativa dos serviços

PARÂMETROS ALINHADOS AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



Projeções de volume de produção e de demanda por serviços

REVISÃO QUADRIENAL DOS PREÇOS (alinhada aos ciclos de Planejamento Estratégico)

Planejamento Estratégico

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4 Elaboração do novo PE	Ano1 do novo PE
-------	-------	-------	--------------------------------	-----------------

Tabela de Preços Revisada

Elaboração da Revisão de Preços	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4 Elaboração de nova Revisão de Preços
---------------------------------	-------	-------	-------	---

Exemplo:

Ano de elaboração PE: 2026

Vigência do próximo PE: 2027-2030

1º ano de vigência PE e elaboração da revisão de preços: 2027

Vigência da Tabela revisada: 2028 a 2031

Metodologia de precificação fundamentada no conceito de PREÇO PÚBLICO

- ✓ Preços estabelecidos considerando a sustentabilidade do Instituto
 - ✓ Cobertura dos custos
 - ✓ Investimentos: modernização tecnológica + expansão das atividades

A cobrança de preço público requer que a receita se mantenha ao nível da despesa, cobrindo os custos da operação estatal e os investimentos futuros necessários, sem finalidade de auferir lucros

Ponto de partida: alinhamento aos custos de produção

MODELO 'COST-PLUS'

O **preço inicial** de referência calculado a partir da **equivalência com o custo** de produção do serviço

- ✓ Sustentabilidade operacional da prestação de cada serviço
- ✓ Não oneração do usuário em nível superior ao necessário

MÉTODOS DE CUSTEIO

Métodos de custeio utilizados: **custeio pleno** e o **TD-ABC** (Time Driven Activity Based Costing)

- ✓ Alinhamento à Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 34 “Custos no Setor Público”
- ✓ Metodologia premiada com o “Selo Inovação em Custos no Setor Público” (Tesouro Nacional, 2022)

Custeio pleno: apuração do custo de cada serviço considerando toda a estrutura da organização

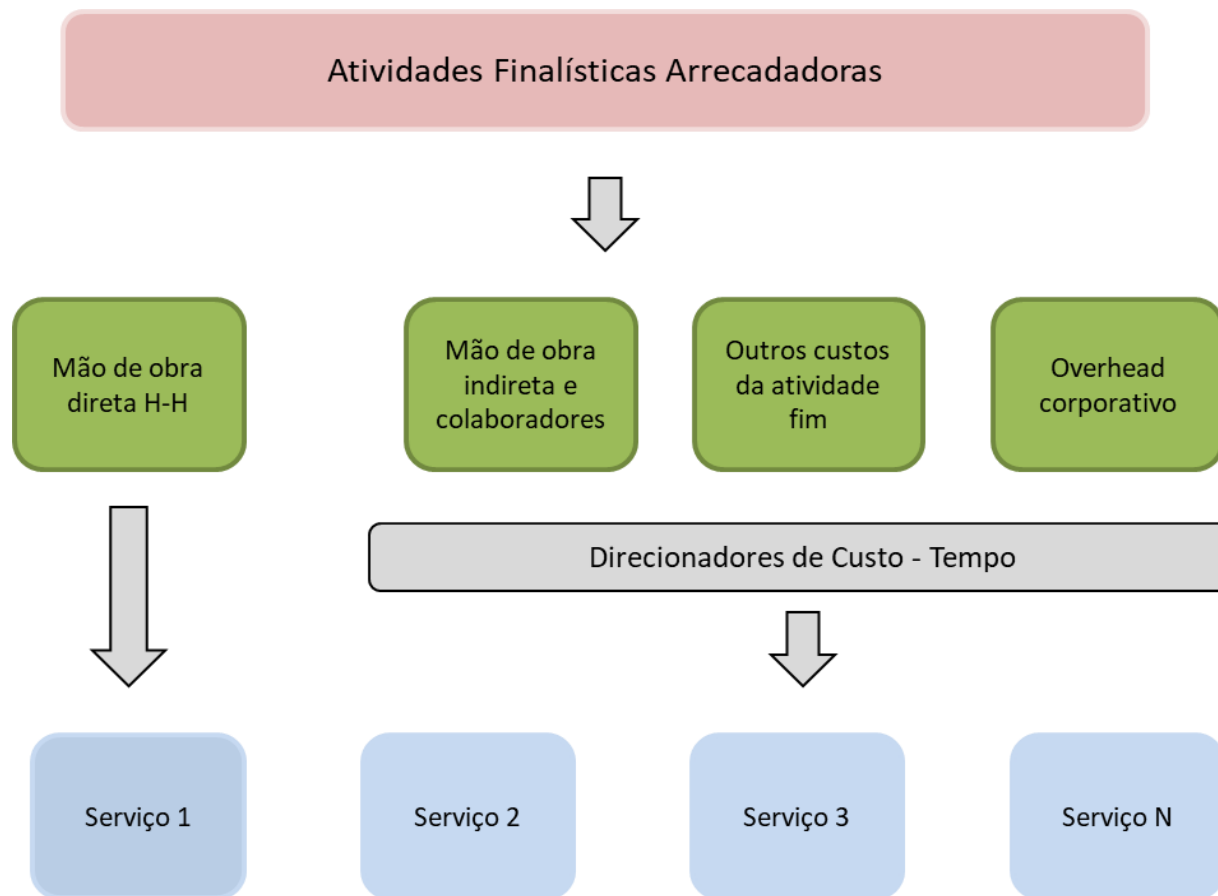
Etapa 1

Custos diretos e indiretos atribuídos para as ativ. finalísticas arrecadadoras e de suporte

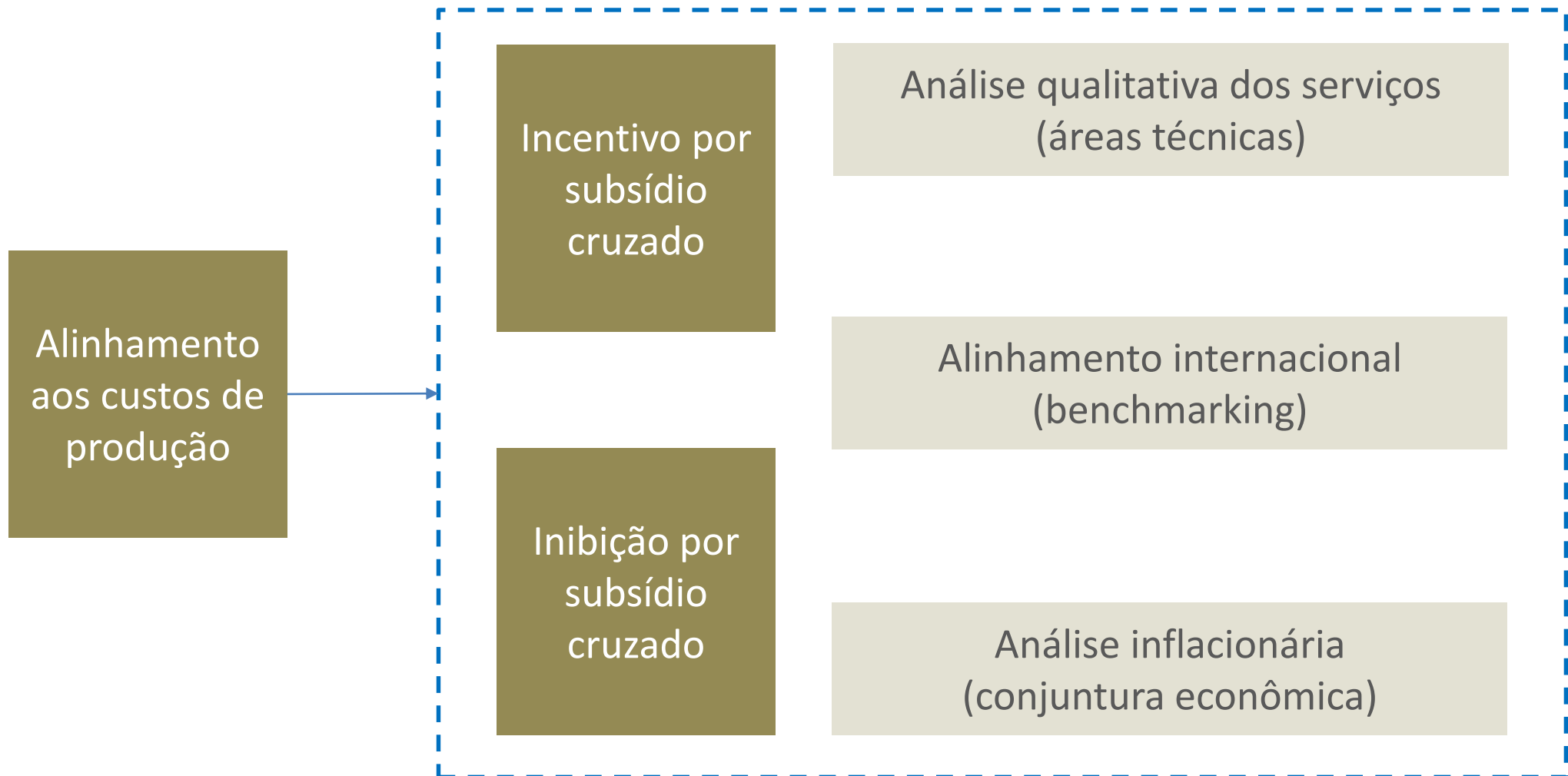
Etapa 2

Custos das atividades de suporte absorvidos pelas ativ. finalísticas na proporção do nº de servidores

Etapa 3: Método TD-ABC



Mecanismos de precificação



Equilíbrio e aumento da eficiência do sistema brasileiro de PI

- ✓ Monitoramento das **melhores práticas** e **alinhamento** ao cenário internacional:

- ✓ Preços
- ✓ Serviços oferecidos
- ✓ Fluxos processuais
- ✓ Descontos

- ✓ Países selecionados para **benchmarking** regular

- ✓ EUA, Austrália, Canadá
- ✓ México, Chile

50% de desconto para grupos específicos de usuários (alinhado ao benchmarking internacional)

Fundamentação		Público-alvo
Lei nº 10.973/2004	Lei da Inovação Tecnológica	ME, EPP, ICT e Entidades sem fins lucrativos
Lei Complementar nº 123/2006	Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	ME, EPP, MEI
Lei Complementar nº 167/2019	Lei Inova Simples	Empresa Simples de Inovação
Decreto nº 10.534/2020	Política Nacional de Inovação	Pessoas Físicas
		Órgãos Públicos
Lei nº 13.105/2015	Código de Processo Civil	Pessoas Físicas Hipossuficientes
Lei nº 13.146/2015	Estatuto da Pessoa com Deficiência	Portadores de deficiência

Possibilidade de **100% de desconto** nos **serviços de entrada** para duas novas categorias de usuários: **pessoas físicas hipossuficientes e pessoas com deficiência**

ETAPAS E PRAZOS

Etapas		Prazo
1	Início do ciclo	Início da vigência do PE
2	Estabelecimento de diretrizes político-estratégicas a serem consideradas na proposta de atualização da Tabela de Preços (MDIC)	1º trimestre do ano t1 de vigência do PE
3	Levantamento, consolidação e análise dos componentes da formação de preços (INPI)	
4	Cálculo dos preços (INPI)	2º trimestre do ano t1 de vigência do PE
5	Análise de riscos (INPI)	
6	Geração da Proposta de Tabela de Preços e da documentação técnica (INPI)	
7	Submissão pelo INPI ao MDIC de Proposta da Tabela de Preços e documentação técnica para validação	Mês de junho do ano t1 de vigência do PE
8	Alteração da Tabela de Preços	Publicação da nova tabela de preços até o término do mês de outubro do ano t1 de vigência do PE, com início de vigência da nova tabela em janeiro do ano t2

- ❑ Conclusão da etapa de participação das partes interessadas na Consulta Pública da Política de Preços do INPI – **até 10 de janeiro de 2025**

ATENÇÃO: Formulário específico e orientações na página do portal do INPI:

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>

- ❑ Análise das contribuições à Consulta Pública pelo INPI e MDIC – *jan e fev de 2025*
- ❑ Publicação da nova Política de Preços do INPI, servindo como base para as futuras revisões da Tabela de Retribuições - *a partir de março de 2025*

Obrigado

www.gov.br/INPI/pt-br

INPI INSTITUTO
NACIONAL DA
PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO